

Assinaturas dos Conselheiros Presentes:

Presidente: Waldemarina Galvão Lopes
Vice-Presidente: Khristiane Cabral Costa Mota
1ª Secretária: Glaucia do Nascimento Félix
Secretária Executiva: Liliana Vilarim Vieira Lira
Natal de Souza Campos
Fabiane Soares de Oliveira
Helaine Trajano de Oliveira Silva
Marcuce Antônio Miranda dos Santos
Verônica Prudêncio da Silva
Khristiane Cabral Costa Mota
Cleide José de Souza

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:613608BC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22/05/2026. Edição 4238

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

acompanhar o monitoramento das ações voltadas à população em situação de rua e sugeriu futura visita técnica do CMAS ao Centro POP para levantamento das necessidades da unidade. Na sequência, a conselheira Khristiane solicitou a palavra. A conselheira relatou estar com dificuldades de conexão de internet, mas registrou que a conselheira Gláucia, em conversa no grupo da diretoria, sugeriu encaminhamento de ofício à SEMIAS, buscando resguardar o Conselho diante das recorrentes demandas urgentes encaminhadas sem prazo razoável para análise. Destacou que a conselheira Gláucia elaborou minuta sucinta que facilitou a compreensão da documentação, agradecendo pela iniciativa diante do grande volume de demandas enfrentadas pelos conselheiros. Khristiane sugeriu ainda realização de reunião presencial entre representantes do CMAS e a SEMIAS, visando alinhamento institucional e diálogo direto sobre a recorrência de pautas urgentes encaminhadas ao Conselho em prazo inferior a 24 horas. Após as manifestações, a presidente perguntou se havia mais contribuições. Não havendo novas inscrições, a Presidente Waldemarina agradeceu especialmente a fala do conselheiro Marcuce, reconhecendo a relevância de suas contribuições para reflexão sobre a forma como o Conselho vem executando suas atividades. Concordou também com a proposta da conselheira Khristiane acerca da necessidade de reunião institucional com a SEMIAS, informando que já estava providenciando o encaminhamento formal para solicitação de agenda junto ao secretário. A presidente ressaltou que desejava contar com a participação da conselheira Khristiane e do Conselheiro Marcuce, por entender que as contribuições apresentadas eram essenciais. Registrou ainda seu posicionamento pessoal de inconformidade com a forma como as demandas vêm sendo encaminhadas ao Conselho, afirmando que, mesmo integrando a gestão, não concordava com erros administrativos nem com a falta de compromisso de setores responsáveis pela tramitação dos processos. Destacou que o Conselho não deveria ser obrigado a deliberar em menos de 24 horas sobre matérias que poderiam ter sido encaminhadas com antecedência. Em seguida, a conselheira Gláucia solicitou a palavra. A conselheira reforçou que o problema referente a documentos intempestivos, vem sempre ocorrendo por parte da SEMIAS, deixando o Conselho sem respaldo adequado. Relatou ter ficado bastante chateada com a situação e reafirmou a importância do envio de ofício formal à Secretaria. Sugeriu ainda que o novo secretário fosse convocado para reunião extraordinária diretamente no CMAS, entendendo que, nesse espaço, seria possível maior diálogo institucional, diferentemente da dinâmica da Secretaria. A presidente Waldemarina concordou com a proposta, informando que faria convocação extraordinária formal do colegiado, reforçando a importância da participação efetiva de todos os conselheiros titulares e suplentes para que a reunião ocorra de forma produtiva. Na sequência, considerando a instabilidade da conexão de internet da conselheira Khristiane, a Presidente Waldemarina, encaminhou a matéria para deliberação, solicitando que os conselheiros registrassem seus votos no chat, com identificação do nome e representação institucional. Após registro dos votos, ficou aprovada por unanimidade a autorização para assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso para Recebimento e Utilização de Recurso Federal destinado ao fortalecimento das provisões do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro POP. Nada mais havendo a tratar, às 09h44min, a presidente Waldemarina agradeceu a participação de todos, pediu desculpas pela urgência da convocação e declarou encerrada a reunião. Eu, Liliana Vilarim Vieira Lira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pela plenária, segue para assinatura dos participantes.

responsabilidade envolvida na assinatura do termo e na futura execução do recurso. Mencionou que refletiu sobre a fala anteriormente trazida pelo conselheiro Marcuce em reuniões passadas, referente à necessidade de o Conselho acompanhar mais de perto os serviços da política pública, entendendo que o recebimento do recurso poderia representar oportunidade de fortalecimento do monitoramento, fiscalização e cobrança das ações. Destacou que muitas vezes os recursos permanecem parados sem adequada execução, deixando de alcançar quem realmente necessita, afirmando falar com propriedade em razão de sua experiência direta na área. Ressaltou que o Conselho não poderia permitir a perda do recurso e declarou que, enquanto conselheira, servidora pública e pessoa conhecedora da realidade da política de assistência social, compreendia a extrema necessidade da demanda. Informou ainda que a coordenadora do Centro POP, ao tomar conhecimento de que o processo chegaria ao Conselho somente naquele momento, emocionou-se profundamente, uma vez que a SEMIAS havia recebido a demanda ainda em 13/04/2026. Relatou que a coordenadora teria inclusive colocado o cargo à disposição caso o processo não avançasse, em razão do compromisso histórico com a política voltada à população em situação de rua. A presidente reforçou que a nova gestão da Secretaria, sob comando do novo secretário, poderia representar avanço na política pública, considerando sua experiência militante e participação em diversos conselhos, acreditando que seria possível melhorar significativamente a realidade atual dos serviços. Em seguida, o conselheiro Marcuce solicitou a palavra. O conselheiro iniciou sua manifestação afirmando satisfação pelo simples fato de o recurso ter chegado ao Conselho, ainda que de forma tardia. Destacou que, ao analisar a resolução e as datas de publicação, verificava-se claramente que a matéria já deveria ter sido submetida ao CMAS há bastante tempo. Pontuou a necessidade de registrar em ata que as pautas intempestivas têm se tornado recorrentes no Conselho, com demandas chegando de um dia para o outro, sem tempo hábil para leitura adequada dos documentos e formação de posicionamento técnico por parte dos conselheiros. Reconheceu que os próprios conselheiros também enfrentam dificuldades em acompanhar integralmente as atividades do Conselho, ressaltando o caráter voluntário da atuação, as atividades profissionais paralelas e o acúmulo de demandas. Manifestou preocupação com a responsabilidade técnica e civil atribuída aos conselheiros diante de deliberações tomadas sem tempo adequado para análise minuciosa dos documentos. Apesar disso, declarou-se favorável à aprovação do termo, considerando tratar-se de política pública federal extremamente necessária à população em situação de rua, defendendo, contudo, que o Conselho intensifique o monitoramento e acompanhamento da execução do recurso. O conselheiro destacou ainda a necessidade de o Conselho amadurecer seus mecanismos de monitoramento, propondo a construção de planilhas de acompanhamento das entidades e projetos aprovados. Ressaltou também a vulnerabilidade dos conselheiros diante da falta de tempo para análise detalhada dos documentos apresentados pelas entidades. Mencionou que frequentemente os conselheiros realizam leituras rápidas, em deslocamentos ou imediatamente antes das reuniões, o que pode ocasionar falhas na percepção de questões relevantes. Registrou ainda preocupação quanto à participação restrita de poucos conselheiros nas atividades do Conselho, observando que sempre os mesmos membros acabam assumindo as atividades e responsabilidades, reforçando a necessidade de maior participação dos suplentes. Destacou a importância do Regimento Interno, que possibilita a realização das reuniões mesmo com quórum reduzido, evitando paralisação das atividades deliberativas. Por fim, reafirmou posicionamento favorável ao documento, colocou-se à disposição para

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-
SEMIAS**

**ATA Nº 68 DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h11min por meio de videoconferência realizada pela plataforma Google Meet, no link: <https://meet.google.com/mbr-oerm-zhh>, teve início a 38ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, com a participação dos seguintes conselheiros (as): Waldemarina Galvão Lopes/SEMIAS, Gláucia do Nascimento Félix/SEMED, Natal de Souza Campos/SEMUSA, Fabiane Soares de Oliveira/AJERO, Helaine Trajano de Oliveira Silva/Associação Pestalozzi, Marcuce Antônio Miranda dos Santos e Verônica Prudêncio da Silva/Associação Beradeiro, Khristiane Cabral Costa Mota e Cleide José de Souza/SASERO. A reunião foi convocada em caráter emergencial para apreciação do Termo de Responsabilidade e Compromisso para Recebimento e Utilização de Recurso Federal destinado ao fortalecimento das provisões do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, conforme Resolução CIT nº 33, de 05 de dezembro de 2025. A presidente iniciou os trabalhos justificando a ausência das representantes da ODS, informando que tanto a conselheira titular quanto a suplente apresentaram justificativa formal de impossibilidade de participação na reunião. Na sequência, a presidente cumprimentou os presentes e informou sobre o caráter emergencial da reunião, destacando que a pauta havia sido encaminhada previamente no grupo dos conselheiros, solicitando leitura do material. Relatou que se tratava de adesão referente à política voltada à população em situação de rua, mencionando que o Governo Federal realizará levantamento específico e ações voltadas a essa população, visando dar maior visibilidade à demanda. Em sua fala, Waldemarina destacou que atualmente a gestão municipal mantém o serviço com recursos indiretos do Fundo, sem destinação específica direta à unidade de atendimento, ressaltando que o espaço atual do Centro POP apresenta condições precárias. Informou que o local oferece alimentação, banho e lavagem de roupas aos usuários, porém não dispõe de estrutura adequada para acolhimento digno, afirmando que a unidade é totalmente inadequada e inóspita tanto para usuários quanto para servidores. Relatou ainda que esse processo encontrava-se na Secretaria SEMIAS, desde o dia 13/04/2026 e que, por razões internas, não houve tramitação adequada na gestão anterior, recaindo posteriormente sobre o novo secretário, o qual já havia se colocado à disposição do Conselho e confirmado presença em futura reunião ordinária. A presidente solicitou então à secretária Liliana que realizasse a leitura do documento intitulado “Termo de Responsabilidade e Compromisso para Recebimento e Utilização de Recursos Federal destinado ao fortalecimento das provisões do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro POP – Resolução CIT nº 33, de 05 de dezembro de 2025”. Após a leitura, foi esclarecido que o termo estava disponibilizado no grupo geral do CMAS para análise detalhada posterior, ressaltando que o documento somente poderia ser assinado pelo secretário após aprovação do Conselho. A presidente relatou que já havia realizado leitura prévia do documento e conversado com o secretário acerca da